



**casadesarmento**

centro de estudos do património

Núcleo de Documentação Abade de Tagilde | Casa de Sarmento | © Sociedade Martins Sarmento

Casa de Sarmento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4810-241 Guimarães  
E-mail: [casa.sarmento@csarmento.uminho.pt](mailto:casa.sarmento@csarmento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)

# O NOSSO CONCURSO

---

MEMÓRIAS DO PROFESSOR PRIMÁRIO

JOAQUIM DE ALMEIDA GUIMARÃES

---

(Cont. do n.º anterior, pág. 19)

A novíssima reforma da instrução primária, que aboliu os exames de 1.º e 2.º grau, estabelece que os alunos prestem as suas provas, ao terminar o curso, mas duma maneira mais razoável e de harmonia com os preceitos pedagógicos; pois que, enquanto o exame do 1.º grau era feito num só dia, estas provas são prestadas, durante cinco dias, em forma de lições, na mesma escola que o aluno frequenta. E' claro que, por êste processo, melhor se poderá aquilatar do mérito profissional do educador e da qualidade da educação que o aluno recebeu. Mas, sendo certo que esta reforma se baseou nos melhores conceitos da pedagogia moderna, ela não satisfaz, por dois motivos: 1.º porque desrespeitou as regras da evolução do ensino; 2.º porque esqueceu a psicologia do nosso povo.

A antiga reforma exigia, como educação geral obrigatória, o exame do 1.º grau que constava duns simples e imperfeitos conhecimentos de leitura, escrita e aritmética; enquanto que a actual passou a exigir o programa da 5.ª classe que abrange matérias dos primeiros anos do curso dos liceus. Foi, pois, um passo muito descompassado que se deu em matéria do ensino primário. Ainda se o ensino obrigatório existisse de facto, ninguém poderia fugir a prestar as suas pro-

vas e, então, a reforma teria atingido o seu fim. Assim a maior parte dos alunos abandonam a escola ao fim da 3.<sup>a</sup> ou muito da 4.<sup>a</sup> classe, ficando a sua educação por concluir. Além disso, o nosso povo é, por natureza, amigo de solenidades. Os pais não gostam que os seus filhos saiam da escola sem fazer um exame. Podem os professores matar-se a dizer-lhes que, se os seus filhos não fazem o exame, como dantes, ficam, todavia, com as mesmas ou melhores habilitações, que elles não acreditam. Retiram os filhios das escolas officiais e mandam-nos para as escolas particulares que habilitam para o exame de admissão aos liceus. Nenhum inconveniente adviria disto, se todos os candidatos ao exame de admissão aos liceus seguissem o curso dos mesmos liceus; mas é que a maior parte não continua estudos e, portanto, fica com a sua educação imperfeita. Dadas, pois, estas circunstâncias, sustento a opinião de que os exames devem prevalecer, mas nunca nas condições daqueles que se vinham realizando.

O exame é um importante regulador da orientação do ensino na escola. Se elle é feito abstractamente, teoricamente, o professor dará a mesma orientação ao seu ensino, introduzindo nele o positacismo que leva a criança a papaguear definições que não comprehende e respostas a perguntas já conhecidas. Se, pelo contrario elle é feito, concretamente, praticamente, por forma a avaliar o desenvolvimento das faculdades da criança, o professor terá de mudar de rumo, se quizer que os seus alunos façam boa figura. Vou citar um exemplo: Num exame faz-se a seguinte pergunta a um examinando: — «O que é metro?» Elle responde, sem hesitar: — «E' a décima-millionéssima parte do quarto do meridiano terrestre.» Se o examinador se dá por satisfeito com a resposta, o professor já sabe que não tem mais do que ensinar aos alunos a decorar definições. Mas, se porventura o examinador continua perguntando: — «O que vem a ser o meridiano terrestre? Mostre-o no globo? E um quarto do meridiano? E uma décima-millionéssima? Escreva uma décima-millionéssima! Quantos metros vem a medir o meridiano terrestre?» — e o aluno não responde, o professor fica sabendo que nunca poderá ensinar uma definição aos seus alunos, sem que primeiro a tenham comprehendido

em demonstrações concretas. Ora, no fazer decorar a um aluno uma definição, não é que existe a dificuldade, porque isso é coisa que as crianças, em geral, conseguem de pronto; o que se torna mais difficil, mas de superiores resultados, é o fazer com que a criança saiba comprehender aquilo que diz; e nisto é que consiste a habilitade do mestre.

Os inspectores escolares teem a maior responsabilidade na boa ou má orientação do ensino ministrado pelo professorado seu subordinado. Elles teem nas suas mãos o futuro dos professores e, por isso, estes seguem sempre, mais ou menos, a feição que, segundo o seu critério, elles imprimem ao ensino dentro dos seus respectivos círculos. Se o inspector atende, primeiro que tudo, à qualidade do serviço do professor, observa atentamente o modo como elle ensina, manifesta o desejo de que o ensino seja feito, scientificamente, por processos mais modernos e classifica o serviço por este critério, o professor sente-se mais livre na sua acção de educador e procura, por todos os meios, dar ao seu ensino uma orientação mais perfeita, pondo em prática os métodos e processos que, nas suas experiências, melhores resultados tenham dado. Mas os inspectores, na sua maioria, teem adoptado o sistema de classificar os professores conforme o serviço apresentado no fim do anno lectivo, serviço que consistia em apresentar o maior número de alunos a exame. E' claro que o professor, nestas condições, para não ver o seu futuro comprometido, tinha que pôr de parte, mesmo contra sua vontade, o ensino racional essencialmente educativo, para ensinar aos trambulhões, simplesmente aquilo que no exame se exigia. E ai do professor que assim não fizesse!... Poderia ser muito competente, poderia ser muito bom educador; mas se não desse muitos alunos a exame, (nas condições referidas, é claro) passava aos olhos da sociedade por um mau professor. Isto faz-me lembrar um industrial que, no tempo em que a mercadoria corre e não há mãos a medir, pouco ou nada se preocupa com a qualidade do produto da sua industria, tendo só em mira o botar para fora, esquecendo-se que em época de crise a sua fazenda ficará desacreditada. A sociedade pede também às escolas que fabriquem grandes quantidades

de exames, não olhando à qualidade da educação com que ficam os futuros homens de amanhã e assim há-de reconhecer mais tarde a falsificação da mercadoria que mandou fabricar. Sòmente há a diferença em que o industrial-professor não é por ganância que falsifica a mercadoria, mas para satisfazer a uma exigência estúpida da mesma sociedade. Continuo, pois, afirmando que a preocupação dos exames e o mau critério adoptado, por muitos inspectores, na apreciação do serviço dos seus subordinados, são duas das causas principais que contribuem para a deficiência do nosso ensino primário. Todavia estes dois escolhos poderão ser vencidos pela energia do professor, quando êle está conscientemente senhor do seu papel; quando uma grande vocação o incita ao fiel cumprimento do seu dever e quando o acompanham sciência e aptidão pedagógica — as qualidades precisas a um bom educador. Há, porém, um que não é tão fácil de vencer e que só a competência dos inspectores poderá reduzir. Quero referir-me à má preparação dos alunos-mestres nas escolas normais e à cristalização de muitos professores.

A classe do professorado primário conta muitos professores competentes e dignos da sua missão, não porque as escolas normais tenham concorrido para isso, mas pelo estudo aturado a que se dedicam e pelas experiências que dia a dia vão fazendo no seu laboratório que é a escola. Os novos professores saem das escolas normais inaptos para dirigirem uma escola. Eu, por experiência, o posso afirmar. E, já agora, não serei eu que me queira revestir de vaidade lórpa, para que a verdade se oculte, no momento em que me proponho dizer aquilo que sinto, sôbre o caminhar da educação e instrução do nosso povo.

Quando terminei o meu curso de habilitação ao magistério primário, em que obtive uma das classificações mais honrosas conferidas nesse ano, um professor insurgiu-se, num jornal da classe, contra o que êle chamava favoritismo nos valores do diploma, favoritismo que julgava prejudicial aos interêsses dos antigos diplomados, visto que, a êsse tempo, eram os valores do diploma motivo de preferência nos concursos. Afirmava êle que o diploma nem sempre prova a competência do professor e que não era justo os professores antigos

serem preteridos nos concursos por professores sem prática no ensino, só porque as escolas normais distribuíam valores às mãos-cheias. Eu que tinha a plena consciência de ter cumprido o meu dever e que nunca supus a classificação obtida como um favor, mas como recompensa do meu esforço e aplicação, senti-me ferido no meu amor próprio e na minha dignidade de estudante. Seria vaidade? Não sei. Sei que naquele momento julguei injustas as afirmações do referido professor e protestei no mesmo jornal, defendendo-me e defendendo aqueles que comigo iam entrar na vida do magistério. Passaram alguns anos; e se, na verdade, alguém me perguntasse se mantinha ainda a mesma opinião, creio que responderia negativamente. Por ter já mudado de situação, pois que, enquanto, naquele tempo, era ainda um professor principiante, era agora um professor com anos de serviço? Não. Há professores antigos que nada valem e professores novos que valem muito; mas em via de regra, valem sempre mais aqueles que teem já prática do ensino. Durante os meus nove anos de serviço, tenho-me capacitado cada vez mais de que os alunos-mestres saem das escolas normais sem a prática do ensino suficiente para assumir a direcção duma escola, conscienciosamente e sem hesitações. Por culpa dêles? Não. Por culpa do corpo docente das mesmas escolas e de quem tem a obrigação de nelas orientar e dirigir o ensino. A disciplina, de tôdas a mais importante que deveria ser tratada a fundo teórica e praticamente, é a Pedagogia. As escolas anexas deveriam ser verdadeiras escolas-modêlos, onde os novos professores pudessem praticar e experimentar os métodos e processos que a moderna pedagogia aconselha. Eu recordo-me muito bem ainda do que foi, durante o meu curso, o ensino da pedagogia e as lições práticas na escola anexa. Esta escola estava tão bem instalada que, se a tomássemos para modêlo doutras, de-certo concorreríamos para a maior degenerescência da nossa escola primária. Basta dizer que funcionava numa loja do rés do chão, escura, húmida e fria. O pavimento era feito a cimento e sôbre êle permaneciam as crianças durante uma boa parte do dia. A luz recebiam-na do lado direito. Nas lições teóricas de pedagogia, tínhamos ouvido dizer que o edifício es-

colar deve ser construído em lugar sadio isento de humidade, com os pavimentos construídos de madeira impermeável, ou encerados, e que os alunos devem receber sempre a luz do lado esquerdo. Afinal, tudo ali estava em contradição. Havia um dia por mês destinado a lições práticas na escola anexa! Lições práticas?... não; apenas uma formalidade. Esta espécie de lições, que mais cuidado deveriam merecer ao corpo docente da escola, eram aquelas a que menos importância se ligava. Quando chegava o dia, em que me cabia a vez de ir para a anexa, esse dia era para mim de grande aborrecimento. ¿Porque não gostasse ou temesse essas lições? Não. É porque elas, como eram, não tinham merecimento algum. A frente desta escola estava uma professora, boa senhora sem dúvida, mas muito incompetente para o cargo que desempenhava. Ao apresentarmos-nos a ela, éramos considerados como professores já práticos, sendo-nos distribuída uma classe para leccionar, sem mais explicações. Eu recordava-me do tempo em que frequentava a escola primária e da forma como o meu professor me ensinava e isso servia-me de norma para dar conta do meu recado. Não me era feita qualquer observação ou dado qualquer conselho. Tudo estava bem, tudo servia. E assim terminava a lição prática, sem que ficasse a saber qualquer coisa de bom sobre a arte de ensinar. As escolas anexas devem ser um verdadeiro campo prático, onde os alunos-mestres se exercitem e se tornem aptos para que, quando tenham de assumir a direcção duma escola, o façam sem acanhamento, senhores do seu papel e cônscios da sua missão. Para isso, é necessário que à frente delas estejam professores muito competentes, que sejam verdadeiros mestres dos mestres. Os alunos das escolas normais não devem ser, logo às primeiras lições práticas, encarregados de leccionar nas escolas anexas, mas sim assistirem às lições dadas pelo respectivo professor e só mais tarde é que deverão começar a exercitar-se na prática do ensino, debaixo da direcção e fiscalização d'este. Não se suponha, porém, que o ensino normal tenha melhorado muito, desde então para cá, ou que noutras escolas êle tivesse sido mais perfeito. Os males que venho apontando, e que noutras escolas similares revestiam talvez maior gravi-

dade, prevalecem ainda, não atenuados, mas sim agravados. Os novos professores teem pois, ao terminarem o seu curso, grandes dificuldades a vencer; e só depois dum devotado estudo das coisas do ensino, de observações e experiências feitas, é que êles vão estabelecendo o seu método. Mas isto leva seu tempo e tem as suas desvantagens, porque, à semilhança dum médico principiante que comete êrros graves nos diagnósticos e nas receitas, o novo educador também comete faltas gravíssimas e de terríveis conseqüências para a educação das crianças que lhe são confiadas; faltas que, em grande parte se podiam evitar, se a prática dos alunos-mestres nas escolas anexas fôsse, como devia ser, scientificamente orientada pelos respectivos professores e de acôrdo com os professores de pedagogia.

É certo que aqueles que teem vocação e amor pela profissão verdadeiramente apostólica que abraçaram, vão-se aperfeiçoando com a leitura de revistas e livros da especialidade, vão acompanhando a evolução do ensino e vão introduzindo e pondo em prática na sua escola os processos e métodos mais preconizados. Mas há infelizmente muitos que, depois de obterem o diploma, nunca mais abrem um livro, nem tampouco se esforçam por pôr em execução as novas reformas da instrução, na parte que seja possível executar-se, continuando assim o ensino na mesma rotina de há anos.

Um dia, andando em serviço oficial, e na ocasião em que tinha sido publicada uma reforma da instrução primária, reforma que já havia sido transcrita e devidamente apreciada pelos jornais da classe, encontrei uma professora, já com bastantes anos de serviço, que me perguntou se era verdade ter sido reformada a instrução, pois que isso lhe constava pelo ter ouvido dizer. Admirado, perguntei-lhe se não lia jornais pedagógicos. Respondeu-me que não. Viviam na aldeia e, por isso, não valia a pena assiná-los... ¿A quem mais do que ao professor da aldeia é necessário assinar, não digo já uma boa revista, mas pelo menos um jornal pedagógico, para se orientar naquilo que se vai passando no campo da instrução? ¿A quem mais do que a nós professores primários compete velar e pugnar pelo ensino primário e conhecer de tudo aquilo que

lhe diga respeito? Eu amo muito a minha profissão e estimo e considero muito também a classe a que pertenço; mas, porque a estimo e considero, serei inexorável em tudo que seja manifestação de inércia e comodismo dentro dela.

Eleve-se o professorado primário pela sua competência no fiel cumprimento da nobilíssima missão que lhe está confiada, impondo-se à consideração dos poderes públicos e da sociedade e então poderá exigir que lhe seja tributado o respeito e consideração que lhe são devidos como aos primeiros funcionários da República. Que o ensino continue atrasado e imperfeito, mas que nunca seja imputado a nós, professores primários, a culpa dêsse atraso e dessa imperfeição.

Eu disse que a mania dos exames, a acção dos inspectores, a deficiente preparação dos professores nas escolas normais e a cristalização de muitos professores são causas muito importantes na deficiência do ensino primário actual. Mas há outras causas não menos importantes, de ordem económica e social, das quais me vou ocupar no capítulo seguinte.

### III

#### Edifícios escolares

A casa da escola é, primeiro que tudo, o que deve merecer a atenção de quem superintende nos negócios da instrução pública. Ela exerce uma poderosa influência na educação das crianças. Se a sala da aula é ampla, bem arejada, iluminada e limpa e o zelo do professor lhe proporciona uma decoração simples, mas atraente, de plantas e flores, fazendo dela um templo de alegria e de amor, a criança, ao entrar nela pela primeira vez, fica bem impressionada, o que já é um passo conquistado para a sua educação. Mas se, pelo contrário, a escola funciona num pardieiro em ruínas, formado por quatro paredes apertadas, onde não entra nem luz, com os soalhos esburacados e pingas chovendo a salpicar os cadernos de exercícios, as crianças, ávidas como as avezinhas, de ar, de sol e de liberdade,

fogem dela. A sala da aula é o lugar, onde as crianças permanecem durante a maior parte do tempo lectivo, e, se ela não oferece as necessárias condições higiénicas, a saúde delas será imensamente prejudicada.

A maior parte das escolas do país está funcionando em edificios impróprios. Contra este estado de coisas se tem revoltado a imprensa pedagógica e um dos ministros que, ultimamente, sobraçou a pasta da instrução algo pretendeu fazer de favorável, sobre este importante assunto.

O concelho de Guimarães tem 62 escolas a funcionar e apenas meia dúzia funciona em edificios regulares. São: a Escola Central, da sede; S. Torcato; Caldas (S. João); Caldeas; Escola Conde de Agrolongo, em Sande (S. Lourenço), e Selho (S. Jorge). Os edificios, onde funcionam estas escolas, pertencem ao Estado, excepto o de Selho (S. Jorge) que é propriedade particular, mas que foi mandado construir propositadamente para a escola e, embora não esteja em boas condições pedagógicas, é, no entanto, sofrível.

Sobre a escola de Conde (S. Martinho) que funciona em edificio próprio e pertencente ao Estado também, escrevia, há dias, o correspondente de Guimarães para o «Janeiro» o seguinte:

— «Há oito anos, aproximadamente, a escola official nuxta de S. Martinho de Conde, dêste concelho, fundada por um benemérito dali, que quis deixar o seu nome ligado à instrução, foi convenientemente reparada, sendo necessário, para tal fim, sustentar uma campanha, aliás muito simpática, no semanário local «Alvorada», o capitalista Sr. Domingos Francisco Guimarães, do lugar da Carreira, da mesma freguesia, que tem sido um grande patriota, quer mandando fazer o cemitério paroquial a expensas suas, quer praticando actos de benemerência, de grande utilidade para a sua freguesia. De então para cá, o edificio da escola, com as intempéries, está num estado vergonhoso, correndo eminente perigo as criancinhas que ali vão instruir-se. Há dias, quando estas estavam na escola, desabou parte do tecto, ocorrência que podia ser bem funesta. As restantes dependências, incluindo a habitação da professora, ameaçam ruína. Ora, possuindo o Estado um legado de treze mil escudos em títulos da dívida pública, deixado pelo fundador da escola, para a sua conservação, não se compreende a falta de cuidado que tem havido da parte das instâncias superiores em não terem mandado proceder às obras de que tanto carece o referido edificio escolar. É necessário cumprir-se o legado, procedendo-se, sem demora, às reparações de todo o edificio, para que, tanto a professora como os alunos, estejam com tranquillidade na aula.»

Como se vê, até os edifícios, que são propriedade do Estado e exclusivamente mandados construir para escolas, se encontram em estado de ruína. Ora, quando assim acontece com estes, o que sucederá com os que são propriedade particular! O Estado não paga em dia aos senhorios. As rendas são pagas sempre com grande atraso. A lei do inquilinato dá ao senhorio o direito de pôr o inquilino na rua, por falta de pagamento de renda. Muitos senhorios, apegando-se a este artigo da lei, foram pondo as escolas na rua. Sem razão? Não. A lei obriga a todos e o Estado é quem deveria dar, primeiro que ninguém, o exemplo do cumprimento da lei que éle próprio mandou executar, pagando as rendas em dia. Mas imaginam os leitores o que o Estado fez, em face do justo procedimento dos senhorios? Decretou imediatamente que o artigo da lei referido não aproveitaria aos senhorios de edificio escolares. Uma desigualdade flagrante. Não se imagine, porém, que eu vi com satisfação o procedimento dos senhorios. O Estado foi levado a proceder assim, devido às constantes reclamações dos professores e inspectores que, pelo caminho que as coisas iam tomando, viam que, dentro em pouco, não haveria casas, onde as escolas pudessem funcionar. Mas o Estado devera tomar a resolução que tomou apenas com carácter provisório, porque éle poderia remediar tudo, sem leis de excepção, pagando em dia aos senhorios. Mas isso é que éle não faz e continua pagando tarde e a más horas e, se os senhorios não pagarem a contribuição predial, dentro do praso que a lei determina, vão para o relaxe. Nestas condições, poderemos avaliar bem a boa vontade com que os senhorios estão, vendo as escolas nos seus prédios, e o desejo que hão-de ter de fazer as devidas reparações nos mesmos. Para o efeito das reparações a fazer nos edificios do Estado, existe uma verba nos orçamentos da instrução primária geral, sendo, portanto, à Junta Escolar que compete mandar proceder a essas reparações. Como, porém, a Junta não pode dispôr dessa verba, isto é, não tem poderes para fazer o seu levantamento na Tesouraria de Finanças, como deveria ser, a fim de fazer o pagamento em dia aos trabalhadores ou mestres de obras, mas tam sòmente faz o processamento de fô-

lhas de despesa que remete à 10.<sup>a</sup> Repartição de Contabilidade para nunca mais voltarem, acontece que os mestres de obras, cheios de esperar pelo dinheiro, estão por tal forma escarmentados, que já se recusam a fazer qualquer obra, a não ser sob a responsabilidade dos membros da Junta, adeantando estes o dinheiro do seu bôlso. Por este motivo, acontece não chegar muitas vezes a ser utilizada a verba referida, continuando os edificios a cair de pôdres. E o que acontece com as reparações dos edificios, acontece também com o expediente e limpeza dos mesmos. Há ano e meio que esta verba não é paga. Já não há um único fornecedor que confie um frasco de tinta ou um pedaço de giz, a não ser à responsabilidade do respectivo professor que até aqui vem fazendo essas despesas do seu bôlso.

Há escolas neste concelho a funcionar em casas que são uma suprema vergonha. As de Mesão-frio e Cadoso, por exemplo, funcionam nuns verdadeiros cubículos. Antes de a escola de Cadoso ser criada, um benemérito daquela freguesia deixou um legado de três mil escudos para a sustentação duma escola. O Estado criou-a mais tarde, como criou muitas outras e os três mil escudos que poderiam ser applicados na construção dum edificio para ela, sumiram-se na voragem dos cofres públicos para nunca mais serem vistos. Há anos o Estado concedeu, para a construção dum edificio escolar, na mesma freguesia, um subsídio de oitocentos escudos que não chegou a ser levantado da Caixa Geral de Depósitos, em virtude de a Junta de freguesia nada poder fazer com essa quantia. A não ser o edificio da escola de S. Torcato, o Estado nada mais tem feito neste concelho. Aqueles que já mencionei devem-se à iniciativa particular.

O remédio para debelar este mal não é presentemente fácil de indicar. As más condições económicas do país não permitem grandes despesas. Temos pois de esperar até que a administração do Estado se normalize e, então, por meio de um empréstimo contraído para tal fim, se resolverá o problema das construções escolares. E' preciso, porém, que, a par do esforço do Estado, esteja sempre a iniciativa particular e bem assim o concurso das entidades e corporações que,

conhecendo o valor da educação do povo, muito poderão neste sentido. Há quem tenha alvitado a venda dos passais e com o produto dessa venda construir edifícios escolares. Não aprovo essa ideia. A escola primária deve surgir no meio do povo amada e estimada por ele, para que assim possa desempenhar a sua missão educadora. Se o povo soubesse que a escola aparecia à custa da antiga residência do pároco, que respeita, e da igreja, onde vai beber ainda a instrução religiosa, por certo que havia de odiá-la, e isso é que se deve evitar.

#### MOBILIÁRIO ESCOLAR

É a parte componente da sala da aula. Se para a higiene das crianças é necessário que a sala da aula seja ampla, bem arejada, bem iluminada e edificada em lugar sadio, não é menos necessário que o mobiliário escolar seja construído debaixo das boas normas pedagógicas, de forma que não contribua para a deformação física das crianças. As escolas do nosso concelho estão regularmente providas de mobiliário. Depois que o inspector escolar, Sr. António Justino Ferreira, veio dirigir este círculo, em 1907, e principalmente depois que foi decretada a descentralização do ensino, o indecente e carunchoso mobiliário que existia pelas escolas foi sendo pouco e pouco substituído por bancos-carteiras, construídas nas oficinas de Albino de Matos, de Freamunde.

O actual inspector, Sr. Manuel Augusto Ribeiro de Miranda, continuou fazendo essa substituição, sendo hoje muito poucas as escolas que não estejam dotadas de mobiliário em regulares condições pedagógicas. É certo, porém, que o valor educativo do mobiliário existente diminuiu em grande parte, devido a o acanhamento das salas da aula não permitir que lhe possa ser dada uma boa disposição, em filas separadas por largos intervalos, de forma que as crianças possam mover-se livremente. Acontece que, em muitas escolas, as carteiras se encontram unidas, caíndo-se no antigo sistema das carteiras de seis e mais lugares.

A boa construção do mobiliário e a sua boa disposição na sala da aula, influem muitíssimo na disci-

plina escolar. Concluindo, pois, e à face do exposto, verificamos que, estando as escolas deste concelho beneficiadas com mobiliário suficiente, os resultados deste benefício são inutilizados pelas más condições dos edifícios escolares.

#### MATERIAL DIDÁCTICO

A medida que se foram dotando as escolas com mobiliário, algum material didáctico lhes foi distribuído também, o suficiente talvez para o ensino do 1.º grau, exame obrigatório; pois que para o ensino do 2.º grau não satisfazia. Consta duma caixa métrica para o ensino da geometria e sistema métrico, um contador mecânico, um mapa de Portugal continental e colónias, um mapa do corpo humano, um álbum de leitura para a 1.ª classe e um quadro preto. Creio que é este o material didáctico que existe em todas as escolas do concelho. Digo que ele não era suficiente para o ensino do 2.º grau, pelo menos no que diz respeito ao programa de ciências naturais, trabalhos de costura e labores. Há anos, quando a administração do ensino estava a cargo das câmaras municipais, a Câmara deste concelho distribuiu pelas escolas de maior frequência oito ou dez colecções de quadros de História, de Chagas Franco e João Soares. Máquinas de costura, creio que nenhuma escola do concelho as possui, a não ser a Escola Central que tem uma, por lhe ter sido concedida a expensas do Conselho de Assistência Escolar. A Escola Central tem também uma colecção de quadros do museu escolar Deyrolle muito importantes para o ensino das ciências histórico-naturais. A ela me refiro mais largamente, no artigo que trata dos museus e bibliotecas.

Eis, em resumo, o que há sobre a existência de material didáctico nas escolas do nosso concelho. É certo que este material não satisfazia às necessidades do ensino das matérias do programa da reforma de 1902, mas, ainda assim ia-se remediando. Agora, com os programas actuais, é que o ensino se torna mais difícil, porque não é possível pôr em prática parte desses programas, por falta de material de ensino.



## TRABALHOS MANUAIS EDUCATIVOS

Parece-me que em nenhuma escola do concelho foi posto em prática o ensino dos trabalhos manuais educativos, por falta de material apropriado. E não se diga que o professorado está inapto para o ensino desta disciplina, porque embora haja nesta classe, como em tôdas as classes, elementos preguiçosos e incompetentes, há também quem estude e se dedique com amor e consciência à sua profissão. O Estado é que não foi coerente, mandando executar um programa, sem dispor dos meios necessários à sua execução e exigindo do professorado o ensino duma disciplina que não fazia parte do curso das escolas normais.

A Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, levando a efeito, há anos, um curso de trabalhos manuais educativos, na cidade do Porto, dirigido por um professor belga, demonstrou, bem claramente, o desejo que a classe tem de que esta disciplina seja posta em prática nas escolas e a sua boa vontade de se aperfeiçoar, para o bom desempenho da sua missão.

O Estado deveria ter auxiliado esta patriótica iniciativa, subsidiando os professores assistentes a esse curso e mandando-os às sedes dos círculos transmitir aos colegas de todo o país os conhecimentos adquiridos. Depois disto, o Estado poria em execução os trabalhos manuais nas escolas e dotaria os orçamentos da instrução primária com as verbas suficientes para o fornecimento do material necessário. Por esta forma, alguma coisa se teria conseguido. Publicada a última reforma da instrução primária geral e postos em execução os actuais programas, depois do seu prévio estudo e de harmonia com elles, fiz uma requisição de material à Junta Escolar. Esta requisição não chegou a ser satisfeita por falta de verba. A reforma do ensino fez-se, pois, para figurar simplesmente no papel e nada mais.

Eu tenho-me aqui referido apenas ao material didáctico, isto é àquele que é utilizado como processo de ensino; mas há outra espécie de material destinado a observações pedológicas que nenhuma escola possui, a não ser o quadro optométrico dos Drs. Mário Mou-

tinho e Costa Sacadura, destinado à medição da agudeza visual dos alunos. A este material me referirei no artigo que trata da hygiene escolar.

Voltando ao assunto que vinha tratando, sobre ele alguém dirá: — ¿Que valor ou importância poderão ter os trabalhos manuais educativos? ¿Não será isso uma maneira de empalhar tempo que podia ser melhor empregado noutras coisas? Sim, muita gente assim o entende e, infelizmente, há até muitos professores que assim pensam, não sei se por ignorância, se por negligência. Para mim, a escola deve ser mais educativa do que instrutiva e os trabalhos manuais exercem uma grande influência na educação geral das crianças. Não se julgue, porém, que esta minha afirmação é individual e dogmática, porque ela resulta do juízo formado da apreciação de opiniões autorizadas e da experiência de nove anos de prática no ensino. Mas, poderá ainda dizer-se, não tendo eu pôsto em prática os trabalhos manuais na minha escola, ¿como poderei manifestar-me pela sua utilidade? Será só porque autoridades na matéria o afirmam, e não pelas provas que a prática apresenta? Effectivamente, na escola de que sou professor e director, não foram postos ainda em prática, como já declarei, os trabalhos manuais, na sua generalidade; mas praticaram-se já os trabalhos agrícolas, nos quintais da escola. Por iniciativa do Conselho de Assistência Escolar, foi criada a «Colmeia Agrícola» dirigida pelo engenheiro agrônomo Ex.<sup>mo</sup> Sr. João da Mota Prego. Os alunos das classes mais adeantadas tinham cada um o seu canteiro que cultivavam com o maior interesse. Aguardavam sempre, com a maior satisfação, a lição prática de agricultura. Era um gosto vê-los, alegres, pegar nas ferramentas e, a correr, dirigirem-se aos seus canteiros, ajitando-os, preparando alfobres, espalhando estrumes, fazendo sementeiras ou plantações e regas. Um campo vasto de observações se me offerecia, durante estes trabalhos, para o melhor conhecimento do carácter dos meus alunos. Uns eram mais cuidadosos, trabalhando com zêlo e muito jeito; outros mais desleixados e imperfeitos no seu serviço. Reconhecia, perfeitamente, aqueles que tinham mais aptidão para o trabalho e os que se inclinavam para a ociosidade.

No final da lição, percorriam os canteiros uns dos outros, apreciando-se mutuamente o serviço de cada um e, então, os descuidados ouviam a crítica acre dos companheiros diligentes. Ao passarem pelos canteiros dêstes e vendo-os muito bem cuidados, sentiam-se vexados, e, na lição seguinte, notava-se-lhes já mais interesse e mais cuidado no trabalho. Estas lições tinham, portanto, óptimas vantagens morais e físicas: morais, porque educavam as crianças ao trabalho; físicas, pelos exercícios a que as obrigavam. Eu mesmo, nas poucas horas que tenho vagas, vou para o meu quintal trabalhar e sinto que esta espécie de exercícios fazem bem, fico com boa disposição e tenho melhor apetite à hora das refeições. Tendo, pois, as crianças grande interesse pelos trabalhos agrícolas; porque não hão-de tê-lo pelos outros trabalhos manuais que oferecem as mesmas vantagens?

A «Colmeia Agrícola» deixou de funcionar, devido à grande crise económica que atravessamos. Os quintais da Escola tornaram-se necessários à cultura intensa de hortaliças e outros legumes para a sopa das crianças pobres da Cantina Escolar. O Conselho de Assistência teve de optar ou pelo funcionamento da «Colmeia Agrícola» ou pela sustentação da Cantina. Houve, pois, infelizmente, a necessidade de suspender, temporariamente, as lições práticas de agricultura. É claro que a cultura do terreno feita pelos alunos notabilizava-se, não pelos rendimentos pecuniários que daí advinham, porque essa cultura consistia em observações e experiências, mas pelos resultados educativos, que mais merecimento tinham ainda.

Tratando nós agora de outros trabalhos, devemos reconhecer que a modelação, por exemplo, é um grande auxiliar do desenho e os trabalhos em papel e madeira grandes auxiliares do ensino da geometria.

O exame de instrução primária do 2.º grau exigia a cópia do desenho dum objecto de uso comum, para o que havia compêndios próprios e aprovados oficialmente. Esta espécie de desenho era sempre executado pelas crianças com aborrecimento, não lhes despertando o mínimo interesse. A figura estava rigorosamente desenhada e perfeita no compêndio; o aluno tinha de a copiar, desprovido de régua e compasso; por mais

que se esforçasse, nunca podia aproximar o seu trabalho, em perfeição e limpeza, ao desenho do compêndio, o que o desgostava e aborrecia, a ponto de a aula de desenho se tornar, para ele, numa aula sem valor.

Um dia, visitando a Escola Normal do Pôrto, ao passar pela escola anexa, os alunos estavam ocupados no desenho de que venho falando. O Director da Escola, porém, observou logo que não era aquele o desenho que as crianças daquela escola costumavam fazer e mostrou desenhos muito interessantes feitos por elas. O desenho, em que elas agora se ocupam, acrescentou, é simplesmente para satisfazer a uma exigência do exame do 2.º grau, cuja época está a chegar. A Direcção Geral do Ensino Primário reconheceu, afinal, a inutilidade desta espécie de desenho e facultou ao examinando a escolha do desenho livre, cópia do natural ou do compêndio.

Há muito que pus de parte, na minha classe, o uso do compêndio de desenho, dando aos meus alunos a liberdade de desenhar o que quizerem: cópia do natural, original, de memória, etc.; e, desde então, tenho notado neles muito mais gosto pelo desenho. Ao chegar a hora destinada a esta disciplina, são eles os primeiros a lembrar-mo, o que não sucedia anteriormente. Alunos que não desenhavam coisa de jeito, desenhavam agora regularmente e muito melhor ainda, depois que os autorizei a desenhar a côres. Ora, se, por este processo, os resultados são bons, reconheço que seriam muito melhores, com o auxílio da modelação, trabalho que porei, brevemente, em prática, quer seja a expensas do Estado, quer minhas ou da Caixa Escolar.

#### MUSEUS E BIBLIOTECAS

Disse (artigo 3.º) que na Escola Central, desta cidade, existe uma colecção de quadros do museu escolar Deyrolle de grande utilidade para o ensino das sciências naturais, segundo os programas em vigor. Esta colecção, que consta de uns 130 quadros, foi adquirida pouco depois da criação da Escola Central. Quando fui provido nesta escola, em 1913, os quadros achavam-se desconexamente pregados pelas paredes das salas da

aula e eram mais um ornamento das paredes do que um processo de ministrar o ensino. Em 1914 a 1915, a Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal, que, a esse tempo, tinha a seu cargo a administração do ensino, em virtude da descentralização, convidou a fazer umas conferências sobre pedagogia o prof. Aires de Araújo Carvalho, antigo pensionista do Estado na Suíça, conferências a que assistiu o professorado do concelho. Este professor, ao referir-se à higiene escolar, condenou a colocação de quaisquer quadros nas paredes da sala da aula, por isso dar origem ao desenvolvimento de miasmas prejudiciais à saúde das crianças. As paredes da sala da aula devem estar em condições de se poderem espanejar com facilidade. Tendo, mais tarde, sido investido na regência da escola, resolvi mandar despregar os quadros das paredes, na intenção de os ordenar, separando-os e agrupando-os, conforme se destinavam ao ensino da zoologia, da botânica ou mineralogia, e dispô-los num salão somente destinado a museu. Em 1917 a 1918 foi utilizado o edifício escolar para hospital de tíficos, não podendo eu, por esse motivo, pôr em prática a minha idea. A escola foi encerrada e só mais tarde veio a funcionar no edifício da escola feminina. Por falta de dependências, visto que o edifício da antiga escola masculina continua fechado e às ordens do Delegado de Saúde, os quadros continuam amontoados e em desordem sem poderem ser utilizados convenientemente. E' claro que se tivesse sido possível fazer-se a instalação do museu, conforme a minha vontade, ter-se-ia evitado a deterioração dos quadros, aos quais faltam já bastantes especímenes de minerais e plantas a elles adjuntos, e ter-se-ia, por certo, enriquecido o museu com novos elementos adquiridos por iniciativa dos professores da escola.

Nas restantes escolas do concelho não há museus. Em 1917 a 1918, uma circular da Direcção Geral da Instrução Primária e Normal deixou à iniciativa dos professores a organização dos museus escolares, não lhes sendo, porém, facilitados auxílios materiais e morais para esse desiderato e é esta a razão por que nada se tem feito ainda. Nas conferências pedagógicas realizadas, em Março de 1918, no edifício da Sociedade Martins Sarmento, eu condenei este processo de o

Estado se livrar das responsabilidades que lhe cabem na organização escolar, atirando com algumas delas para cima dos professores, sem lhes facilitar o desempenho da missão que lhes incumbe.

Recomenda-se que nas excursões e passeios, os professores vão adquirindo exemplares para o museu e permutando outros com as escolas doutras regiões; mas não se lembrou o autor da circular que, não falhando na organização das excursões e aquisição de exemplares, pelo menos a permuta demanda despesas que é preciso levar em conta, devendo, pois, ser, ao menos, decretada a isenção de franquia, para esse efeito. Além disto, deveriam ser dadas instruções aos inspectores escolares para, como orientadores que são do professorado, poderem auxiliá-lo no conseguimento do fim que se deseja.

Quanto a bibliotecas, nenhuma existe também nas escolas do concelho. Na festa de 9 de Março, do ano findo, na Sociedade Martins Sarmento, expus a minha maneira de ver sobre o auxílio que a mesma Sociedade poderia prestar na organização das bibliotecas escolares. A quantidade de volumes, que ela distribui todos os anos, deveria ser o fermento dessas bibliotecas. Com o auxílio da Sociedade, iniciativa dos professores, ajuda da Câmara e Juntas de Freguesia, alguma coisa se poderia fazer sobre a solução deste problema. A Câmara do Pôrto dotou uma grande parte das suas escolas com bibliotecas, durante o tempo que esteve a seu cargo a administração do ensino; mas, infelizmente, poucas ou nenhuma câmaras lhe seguiram este nobre exemplo. As bibliotecas escolares contribuem para que os alunos aprendam a consultar e manejar os livros, criando-lhes o amor à leitura.

Na América do Norte, onde as bibliotecas para crianças tem assumido um extraordinário desenvolvimento, permite-se a leva de livros para casa e as bibliotecárias fazem visitas a domicílio, a fim de conhecerem as condições de vida das famílias e melhor poderem destinar-lhes a leitura de livros que mais convenha ao seu aperfeiçoamento moral e intelectual.

## O ZÊLO E COMPORTAMENTO DO PROFESSOR

Se tôdas as causas que contribuem para a imperfeição do ensino nos merecem atenção, afim de estudarmos a maneira de as eliminar, o zêlo e o comportamento do professor não nos podem ser indiferentes, porque êles tanto podem concorrer para o crédito, como para o descrédito da escola. O professor que é zeloso e bem comportado cria à volta de si uma atmosfera de simpatia e de respeito; o meio em que vive tem nêle confiança e não foge de lhe entregar a educação dos seus filhos. O bom exemplo é, pois, de todos o melhor meio de que o educador se deve servir, para o fiel desempenho da sua nobre missão. A vida do professor é uma vida de apostolado e de sacrifício. O ideal que propaga é o ideal da perfeição humana. Não tem autoridade para defender e propagar êste ideal quem não é perfeito nas suas acções. O professor poderá ser muito competente e sabedor, mas faltando-lhe estas duas qualidades — zêlo e bom comportamento — todo o seu trabalho cairá por terra, nada poderá fazer de bom. Basta que as crianças ouçam em casa os pais criticar uma acção menos correcta do professor, que elas começarão por lhe perder o respeito, tornando-se, por consequência, a acção do professor na escola completamente nula. Eu estimo e respeito muito a minha classe e, porque a estimo e respeito, desejo vê-la dignificada a ponto de merecer o respeito e a confiança da sociedade.

No professorado primário oficial do concelho predomina, como de resto em todo o país, o elemento feminino. Há 55 professoras e somente 18 professores. Sem faltar ao respeito devido às minhas ilustres colegas, devo aqui expor o que penso e o que tenho observado, àcerca da sua conduta no desempenho do seu mister de educadoras. Não se imagine, porém, que o faço por prazer ou má vontade. Eu não ataco; previno. Eu não ofendo; aconselho. Quero que a minha classe se imponha ao respeito de tôda a gente e que lhe seja tributada a consideração que merece. Para isso, é necessário que a sua conduta seja exemplar e bem de harmonia com as nobres funções que desempenha. Eis a razão por que faço observações, eis a

razão por que aconselho e previno. Não tenho outro intuito senão o de fazer bem à classe, a que tenho a honra de pertencer, e ao ensino que desejo ver aperfeiçoado e livre de preconceitos e da rotina. Sei que o ponto que pretendo tocar é melindroso e que vou, com certeza, ferir susceptibilidades; mas ¿que importa, se cumprio um dever de consciência? A critica mordaz e pouco honrosa que tenho, por vezes, ouvido fazer às minhas colegas, tem-me revoltado e, se por um lado reconheço que essa critica maldosa é resultante da má educação de quem a faz e da pouca compreensão àcerca do mérito de quem educa, por outro tenho que confessar que muitas vezes ela é justa; não no que diz respeito à honorabilidade das pessoas visadas, mas à sua apresentação e zêlo pelo ensino. A apresentação duma educadora deve ser modesta e o seu porte grave. ¿Que conceito pode merecer à população duma freguesia rural a professora que usa saias pelo joelho, decotes exagerados e o rosto pintado? Eu que nasci neste concelho e conheço a psicologia dêste povo, sei a opinião que êle forma àcerca de tais professoras. Actualmente, não sei se é resultado da época anárquica que atravessamos, observa-se, principalmente nas professoras novas no magistério, uma grande leviandade e mais interêsse no arranjo da «toilette» e no progresso da moda do vestuário, do que no estudo e aplicação dos métodos e processos de ensino modernos. Relativamente ao zêlo destas professoras pelo ensino, basta que eu exponha aqui um facto que se passou comigo, em 1919, quando desempenhava o cargo de Inspector interino do círculo. Alguém me prevenira, por vezes, que algumas professoras novas, naturais dos lados de Braga e que exerciam nas escolas circunzinhas das Taipas, se ausentavam das respectivas escolas aos sábados e só voltavam, se voltavam, na terça-feira seguinte. A ser verdadeira esta informação, essas professoras cometiam uma falta grave. Quis, um dia, verificar eu próprio se era verdade o que me diziam; e, aproveitando a ocasião em que havia festejos em Braga, motivo que me dava a suspeição de que essas professoras, sendo naturais dali, haviam, por certo, de assistir a êsses festejos, e como não tivesse dado entrada na inspecção qualquer officio a pedir

substituição de dias lectivos, resolvi fazer uma visita às escolas daqueles lados. Efectivamente a prova deu certa. Dei com a ratada, como é vulgar dizer-se, pois, de quatro escolas que visitei, só uma funcionava. E creio que, se mais tempo tivera, mais escolas encontraria abandonadas. Eu não quero que alguém suponha esta visita uma mera acção policial. Não. Quis simplesmente certificar-me da verdade da informação que me deram e mostrar àquelas minhas colegas, a quem nem por sombras pretendia agravar, que era necessário que todos cumpríssemos os nossos deveres, mantendo-se cada um no seu lugar. Porque não é bom educador aquele que dá exemplos de indisciplina e desmazêlo no desempenho da sua missão. Educar é ensinar os bons costumes. Não pode educar aquele que é incorrecto nos seus actos.

Sejamos, pois, fiéis cumpridores dos nossos deveres profissionais. Esforcemo-nos por ilustrar cada vez mais o nosso espírito, dedicando-nos ao estudo da ciência da educação. Engrandecemos a escola, concorramos para o aperfeiçoamento do ensino, pelo nosso exemplo, pela assiduidade, pela dedicação e pelo estudo. Depois disto, nós mereceremos a consideração e o respeito de todos. Ao atravessar a rua uma educadora, já não ouviremos ditos de escárneo, mas notaremos que toda a gente se descobrirá respeitosamente à sua passagem.

#### IV

#### Programas

Eu deveria ter tratado este assunto no capítulo antecedente, visto que a boa ou má organização dos programas contribui também para a perfeição ou imperfeição do ensino; mas, porque reconheço tratar-se de matéria importante, não achei descabido referir-me a elle, em separado, assim como a outros de que tratarei ainda. Os programas do ensino primário geral são, de todos os programas de ensino, aqueles que mais cuidados, que mais competência e que mais consciência devem merecer àqueles que tem a seu cargo os

destinos da educação. A instrução primária geral abrange a todos e apenas uma pequena minoria segue os estudos secundários e superiores. E, sendo assim, os programas do ensino primário geral devem ser organizados de maneira que dêles conste, em proporções criteriosas, as matérias suficientes à preparação do indivíduo para a vida prática. Nem sempre, porém, se tem atendido a esta circunstância, donde resulta que os programas umas vezes abrangem matérias insuficientes à educação do povo e outras abundam nelas por tal forma que se torna impossível executá-los, no escasso período de tempo em que a criança tem de frequentar a escola primária.

Como prova desta asserção, basta que estabeleçamos o confronto entre os programas da reforma de 1902 e os actuais. E' claro que este confronto é feito entre as matérias que constituíam, então, e constituem agora o ensino obrigatório. Enquanto que o exame do 1.º grau abrangia as matérias do programa da 3.ª classe que constavam de leitura, escrita, as quatro operações de aritmética, algum sistema métrico e geometria e uns rudimentos de agricultura, dispondo o professor de quatro horas lectivas diárias, as provas finais do ensino primário actual exigem matérias do 1.º e 2.º ano do liceu, dispondo o professor de muito menos tempo lectivo. Já viram maior contra-senso? Não quer isto dizer, porém, que eu ache maus os programas actuais, visto que elles já foram modificados, depois do decreto n.º 6.203, de 7 de Novembro de 1919. Com mais umas alteraçõesinhas que inteligentemente tem sido indicadas pelo prof. Domingos Cunha, na «Escola Moderna», com a adopção do projecto sobre exames que o professorado do Porto, ultimamente, aprovou, e com o tempo lectivo em vigor antes da última reforma, elles satisfarão mais ou menos às exigências da vida actual. Há agora um ponto que eu não posso deixar de frisar. As disciplinas que o programa do ensino primário geral abrange, podem dividir-se em dois grupos: No 1.º, incluiremos as que constituem a parte fundamental e básica de todo o ensino — ler, escrever e contar. No 2.º, as que constituem a parte secundária e variável — sciências naturais. O ensino das matérias do primeiro grupo pode ser feito invariavelmente em todas as esco-

las do país; o ensino das do segundo deve variar de região para região.

De todos os programas postos em vigor pelas reformas da instrução primária, desde o Marquês de Pombal, só o da reforma de D. António da Costa, em 1870, satisfaz a estas condições. Estando incluído neste programa a escrituração, agrimensura, elementos de física, química e história natural, agricultura e economia, determinava-se que estas matérias deviam ser objecto de ensino especial apropriado a cada localidade.

Devendo o ensino das sciências naturais ser feito por meio de lições de coisas, estas lições deverão versar assuntos que digam respeito à vida da região. Aqui, em Guimarães, por exemplo, onde várias e importantes indústrias se desenvolvem e das quais vive a grande maioria da população do concelho, é necessário que nas escolas se oriente sempre o ensino, no sentido de satisfazer tanto quanto possível às exigências da vida da nossa terra. As máquinas a vapor, as máquinas eléctricas, os tecidos, os curtumes, as cutilarias, os pentes, a moagem e a serração; as matérias primas, como o algodão, o linho, os couros, o ferro e o aço, o chifre, os cereais, as madeiras, etc.; a origem da produção destas matérias primas, a importação, a exportação e tudo o mais que a isto se prende, é assunto vasto para lições de muito grande utilidade e de excepcionais vantagens educativas, lições que poderão ser concretizadas em visitas às fábricas, às oficinas e a todos os pontos de laboração.

Educar é preparar o homem para a vida social. Os programas de ensino devem, pois, satisfazer tanto quanto possível a este fim. E' certo, porém, que, por mais perfeitos, por mais inteligentemente organizados que sejam os programas, elles nunca satisfarão, em absoluto, ao verdadeiro fim da educação; mas à intelligência do professor cabe o dever de preencher essas lacunas.